

Christiano Mendes Wolney Valente

PIS/PASEP E COFINS NÃO-CUMULATIVOS

Conceito de Bens e Serviços Utilizados como Insumos
na Fabricação de Produtos destinados à Venda



EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2017

Copyright © 2016 by Christiano Mendes Wolney Valente

Categoria: Direito Financeiro e Tributário

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livreria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Bianca Callado

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livreria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

Valente, Christiano Mendes Wolney

PIS/PASEP e COFINS Não-Cumulativos: Conceito de Bens e Serviços
Utilizados como Insumos na Fabricação de Produtos Destinados à Venda. /
Christiano Mendes Wolney Valente. - Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2016.
278 p.; 23 cm.

Bibliografia: p. 207-225.
Possui gráficos e Tabelas
Possui Apêndice

ISBN: 978-85-8440-803-0

1. Direito Tributário - Direito Financeiro. 2. Princípio da Não-
Cumulatividade - Tributos Brasileiros. 3. Sistema de Crédito Físico.
4. Sistema de Crédito Financeiro. 5. PIS. 6. PASEP. 7. COFINS. I. Título.

CDD -341.39

CDD - 341.38

Sumário

Prefácio	XI
Apresentação	XIII
Introdução	1
Capítulo 1. A Origem da Não-Cumulatividade	7
1.1. A tributação sobre as vendas	8
1.2. O mecanismo de deduções	10
1.3. A evolução do mecanismo de deduções no Brasil	16
Capítulo 2. A Não Cumulatividade como Técnica Aplicada no IVA Europeu e nos Tributos Brasileiros Não Cumulativos	23
2.1. A técnica da não-cumulatividade.....	24
2.1.1. Método aditivo	25
2.1.2. Método subtrativo.....	27
2.1.2.1. Método subtrativo base sobre base	28
2.1.2.2. Método subtrativo imposto sobre imposto.	30
2.2. Número de operações gravadas	34
2.3. Ativo imobilizado	40
2.3.1. IVA tipo produto (bruto)	41
2.3.2. IVA tipo renda.....	43
2.3.3. IVA tipo consumo	45
2.4. Insumos	50
2.4.1. Sistema de crédito financeiro.....	52
2.4.2. Sistema de crédito físico	55
2.5. Formas de apuração.....	62
2.6. Quadros comparativos.....	64
Capítulo 3. A Não-Cumulatividade como Princípio	71
3.1. Conteúdo axiológico da não-cumulatividade	71
3.1.1. Neutralidade fiscal	76
3.1.2. Organização horizontal.....	89

3.1.3. Fiscalização cruzada	95
3.1.4. Estímulo às operações de exportação	102
3.2. Conteúdo jurídico da não-cumulatividade	106
3.2.1. Interpretação do princípio da não-cumulatividade (vetorização)	111
3.2.2. O princípio da não-cumulatividade na Constituição Federal de 1988	115
3.2.2.1. Núcleo essencial da não-cumulatividade no IPI	115
3.2.2.2. Núcleo essencial da não-cumulatividade no imposto de competência residual da União (art. 154, I, da CF/88)	116
3.2.2.3. Núcleo essencial da não-cumulatividade no ICMS	117
3.2.2.4. Núcleo essencial da não-cumulatividade nas contribuições ao PIS/Pasep e Cofins	119
Capítulo 4. Não Cumulatividade e o Conceito de Insumos nas Contribuições ao PIS/Pasep e Cofins	123
4.1. A adoção da não-cumulatividade nas contribuições ao PIS/Pasep e Cofins: ilegalidade do sistema de crédito físico	123
4.2. Da impossibilidade da utilização do conceito de custos e despesas próprios da legislação do IRPJ	134
4.3. O conceito de insumos utilizados na fabricação de produtos destinados à venda para as contribuições ao PIS/Pasep e Cofins não-cumulativas: nossa compreensão	144
4.4. Da evolução jurisprudencial	151
Conclusões	157
Referências	175
Apêndice. Comparativo entre as Tabelas de Cálculo da Tributação Cumulativa e Não-Cumulativa	191